



DIREITOS HUMANOS NO CURRÍCULO ESCOLAR: uma análise da legislação vigente e do Projeto Prosas Nossas

Mateus REBOUCAS¹; Ana Carolina S. Oliveira²

RESUMO

O atendimento às normas legais da educação brasileira é um dever das instituições de ensino, especialmente no que tange à promoção e defesa dos direitos humanos. A educação em direitos humanos é fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. A proposta deste projeto surge da necessidade de analisar como os documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), abordam a temática dos direitos humanos, particularmente no campo das Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). Além disso, propõe-se examinar o projeto "Prosas Nossas", executado durante o ano letivo de 2023, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – campus Inconfidentes, e sua aplicação no contexto da promoção de diálogos sobre os direitos humanos nas escolas.

Palavras-chave: Racismo; Discriminação; Educação; Violência.

1. INTRODUÇÃO

O estudo sobre a inclusão de direitos humanos no currículo escolar está diretamente relacionado às políticas educacionais vigentes no Brasil. Conforme Freire (1996), a educação deve ser libertadora, promovendo a emancipação dos sujeitos. As DCNs, em especial as voltadas para as Ciências Humanas, e a BNCC são normativas fundamentais que orientam o currículo escolar e são instrumentos poderosos para a inserção de discussões sobre direitos humanos no ambiente escolar. Segundo Gatti (2010), essas diretrizes garantem a transversalidade dos direitos humanos em áreas como História, Geografia, Sociologia e Filosofia, o que contribui para a formação cidadã e crítica dos alunos.

A BNCC, documento de referência obrigatória, estabelece competências gerais que incluem o respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade (BRASIL, 2018). Já as DCNs de História (CNE, 2001) destacam a importância de uma formação que problematize questões de discriminação, racismo e exclusão social, pontos cruciais para se pensar a construção de uma sociedade mais justa.

O que sustenta a pauta e necessidades de ações que pensem os direitos humanos são os dados dos fóruns brasileiros de segurança pública, apresentando apontamentos de situações que ferem os

¹Licenciando de História no IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes: Mateus Cristian Rebouças Lopes. E-mail: mateus.lopez@alunos.ifsuldeminas.edu.br / mateuscristian18.1@gmail.com.

²Orientadora: Ana Carolina Soares Oliveira - IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. E-mail: carolina.oliveira@ifsuldeminas.edu.br

direitos de existência do homem como apresentado na última edição (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024), “Chama atenção o quantitativo de registros de racismo, que saltou de 5.100 em 2022, para 11.610, em 2023, o que representa um incremento de 77,9% das ocorrências”. Não obstante, o fórum também classifica (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024), “A diminuição dos homicídios é matizada também pelos feminicídios, que cresceram 0,8% em relação ao ano anterior, sendo 1.467 mulheres mortas por razões de gênero, o maior número já registrado desde a publicação da lei nº 13.104/2015, que tipifica o crime”. Segundo Pontes (2024), “Em 2023, morreram de forma violenta no país 230 pessoas LGBTI+, mostra dossiê publicado nesta semana pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil. O número equivale a uma morte a cada 38 horas.” São dados alarmantes que evidenciam a necessidade de projetos e ações que dialoguem com a sociedade sobre essas temáticas.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo será baseado em uma análise documental das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Ciências Humanas, em especial para a disciplina de História, e da Base Nacional Comum Curricular. Serão investigados os seguintes documentos:

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNs);
- Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de História, Filosofia, Geografia e Ciências Sociais (CNE/SESu nº 429/2000);
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Paralelamente, será investigado o projeto "Prosas Nossas", do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes. O Prosas pretende criar um espaço de diálogo, reflexão e debate para construir estratégias de enfrentamento às situações que perpassam questões relacionadas à raça e gênero a partir da vivência da comunidade escolar de Inconfidentes. As atividades do Prosas Nossas incluem rodas de conversa, debates e dinâmicas interativas, buscando a emancipação do pensamento crítico nos estudantes, com o apoio de técnicas e ferramentas da Comunicação Não Violenta (CNV), bem como algumas técnicas inspiradas em gestão colaborativa.

O projeto pode ser organizado em três momentos principais sendo eles: 1º planejamento e organização das rodas de conversa (técnicas de gestão colaborativa); 2º convite e divulgação do projeto e das rodas junto aos atores centrais da comunidade de Inconfidentes e região - prefeituras, instituições de ensino, empresas; 3º realização das Rodas de Conversa.

Para o projeto, esperasse, criar um espaço de diálogo e reflexão a respeito de temáticas latentes ao cotidiano de Inconfidentes e região; construir estratégias de enfrentamento coletivas às situações que perpassam questões relacionadas à raça, gênero e diversidade a partir da vivência da comunidade; aproximar o campus Inconfidentes e o IFSULDEMINAS da comunidade externa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise preliminar dos documentos oficiais revela que as DCNs e a BNCC trazem diretrizes claras sobre a importância da educação em direitos humanos. No entanto, a inserção desses temas no currículo escolar ainda enfrenta desafios, principalmente no que diz respeito à implementação prática. A DCN de História, por exemplo, (BRASIL, 2001), prevê que o ensino da disciplina deve abordar criticamente o racismo e outras formas de discriminação. Como aponta Gatti (2010), muitos materiais didáticos ainda carecem de uma abordagem mais aprofundada dessas questões.

Nesse sentido, a aplicação do *Prosas Nossas* é uma ferramenta essencial para preencher essas lacunas no ensino formal. O projeto tem se mostrado eficaz em promover discussões profundas e interativas sobre questões sociais relevantes, de acordo, e embasamento em dados de violação dos direitos humanos, incentivando os alunos a refletirem criticamente sobre temas como violência de gênero e racismo.

As dinâmicas promovidas pelo *Prosas Nossas*, especialmente as rodas de conversa e debates, foram identificadas como instrumentos eficazes para engajar os estudantes em discussões de grande relevância social, alinhadas com as diretrizes da BNCC sobre a promoção da diversidade e da cidadania. A aplicação desse projeto em conjunto com o currículo oficial pode ampliar a consciência dos alunos sobre os direitos humanos, fortalecendo a formação cidadã e a responsabilidade social.

4. CONCLUSÃO

A análise das DCNs e da BNCC evidencia a importância dos direitos humanos no currículo das Ciências Humanas. No entanto, ainda existem desafios quanto à efetiva implementação desses temas nas práticas pedagógicas cotidianas, especialmente no que tange à abordagem de questões como racismo, LGBT+fobia e violência de gênero. A inserção do projeto *Prosas Nossas* no ambiente escolar complementa essas discussões, proporcionando um espaço seguro e dialógico para que os alunos possam refletir criticamente sobre suas realidades e as dinâmicas sociais.

O projeto reafirma a importância de uma educação voltada para a emancipação do sujeito e o desenvolvimento de um pensamento crítico, valores que estão na base de uma educação para os direitos humanos. Nesse sentido, ações como o *Prosas Nossas* podem e devem ser expandidas para outras instituições de ensino, fortalecendo o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, e para a continuidade dessa pesquisa, poderá ser realizada uma análise de livros didáticos da disciplina de História, adotando recorte por editora, modelo, volumes e séries do ensino obrigatório. Serão verificadas as abordagens sobre temas como racismo, desigualdade, discriminação, misoginia e LGBT+fobia, a fim de identificar como esses materiais tratam os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo. 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 03/09/2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra. 1996.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 1355-1379, 2010.

PONTES, Felipe. Observatório de Mortes e Violências LGBTI+. **Agencia Brasil**. Brasília. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/brasil-teve-230-mortes-de-pessoa-lgbti-em-2023#:~:text=Em%202023%2C%20morreram%20de%20forma,morte%20a%20cada%2038%20horas>. Acesso: 07/09/2023.